

O Turismo em Espaço Rural na Região de Trás-os-Montes: contributo para o estudo da oferta e dos promotores

Ana Maria Vicente Mesquita

Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela (ESACT) – Instituto Politécnico de Bragança



IV Congresso de Estudo Rurais

Aveiro 4 a 6 de Fevereiro de 2010

O Turismo em Espaço Rural na Região de Trás-os-Montes: contributo para o estudo da oferta e dos promotores

Ana Mesquita, Instituto Politécnico de Bragança - ESACT, anita@ipb.pt

1. INTRODUÇÃO

O Turismo rural constitui um produto turístico cuja criação pretende dar resposta às tendências da procura turística, tendo vindo a assumir uma importância crescente a nível mundial e concretamente, em Portugal sob a designação de “Turismo em Espaço Rural” (TER). Este produto turístico surge assim num contexto de crescente motivação pela procura dos espaços rurais e pela valorização das suas características, protagonizada por turistas residentes nas áreas urbanas.

As áreas rurais apresentam assim algumas particularidades que se revelam na sua riqueza em termos de património natural e cultural, mas também nalgumas debilidades de nível socioeconómico. Na realidade, os territórios rurais localizados nas regiões de interior do país, atravessam alguns problemas e fragilidades em termos económicos e demográficos.

Neste contexto, o TER surge em Portugal com o intuito de contribuir para a recuperação do património histórico-cultural, mas também como uma oportunidade de complementar os rendimentos oriundos da actividade económica tradicional. As receitas geradas por esta actividade constituem assim um potencial contributo para aumento do rendimento dos agricultores, para a melhoria das condições de vida das populações e para o desenvolvimento rural. Contudo, os estudos de vários autores revelam que o seu desenvolvimento terá ficado aquém das expectativas, revelando um fraco sucesso em Portugal, quando comparado com outros países.

O principal objectivo deste artigo consiste numa análise do produto de TER da região de Trás-os-Montes, mais concretamente no que concerne à oferta das unidades de alojamento e às características dos respectivos promotores. Assim, os objectivos específicos passam por caracterizar as unidades de TER, em termos de actividade e funcionamento, bem como caracterizar o perfil dos respectivos proprietários.

O presente artigo analisa a relação entre o espaço rural e o turismo, abordando o surgimento do turismo rural, de um modo geral, bem como a criação do TER em Portugal. Posteriormente, debruçamo-nos sobre a problemática do produto de TER na região de Trás-os-Montes, nomeadamente, no que concerne à caracterização das unidades de alojamento existentes e à apresentação do perfil dos promotores.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste trabalho apoia-se numa pesquisa bibliográfica e na análise de vários estudos realizados por sobre a temática do turismo rural, quer em Portugal, quer no estrangeiro. Para além disso, consideramos os resultados obtidos através de uma pesquisa empírica, de carácter exploratório, desenvolvida no âmbito da minha dissertação de mestrado. Este trabalho empírico centrou-se no estudo da oferta de TER existente na região de Trás-os-Montes, no ano de 2007.

A pesquisa empírica foi orientada para todos os proprietários das unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) existentes na região de Trás-os-Montes. A área geográfica em análise situa-se na Região Norte de Portugal, mais concretamente na sub-região estatística de Alto Trás-os-Montes (NUT III) e abrange um conjunto de 14 concelhos pertencentes aos distritos de Bragança e Vila Real.

O universo de estudo consiste no número total de unidades de TER existentes, licenciadas e em funcionamento na data de pesquisa, com base num levantamento prévio que teve como fonte de informação os dados disponibilizados pela Direcção Geral de Turismo (DGT, 2005) e pelas Regiões de Turismo, não tendo sido considerados os parques de campismo rurais.

A recolha de dados consistiu assim na aplicação de um inquérito por questionário dirigido às 59 unidades licenciadas e existentes na região. Tendo sido aplicados durante os meses de Fevereiro e Março de 2007, obtivemos um total de 29 respostas, o que revela uma taxa de resposta de 49,2%.

O método utilizado na administração dos inquéritos consistiu na “administração indirecta”, em que este é preenchido pelo próprio inquirido (Quivy e Van Campenhoudt, 1998). Neste caso foi preenchido pelos proprietários das unidades de TER. Posteriormente, procedemos à análise descritiva e tratamento estatístico de todos os dados quantitativos e qualitativos, em que recorremos ao software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

3. ESPAÇO RURAL E TURISMO

A análise da relação entre o espaço rural e o turismo tem sido objecto de reflexão e constituído um tema de estudo para vários autores, os quais salientam a dificuldade de definição do turismo rural, bem como a ausência de um conceito universal (KASTENHOLZ, 2002; BARKE, 2004; OCDE, 1994; OPPERMANN, 1996; MOREIRA, 1994). Esta dificuldade encontra-se associada à existência de diferentes visões e perspectivas, que variam de país para país, e à problemática na definição daquilo que se entende por “espaço rural”. Deste modo, a complexidade associada ao conceito de “rural” ou ruralidade é transposta para a dificuldade em identificar um conceito único sobre o turismo nestas áreas rurais.

Apesar da diversidade de critérios inerentes à classificação do espaço rural podemos identificar algumas características relacionadas com aspectos demográficos, designadamente a densidade populacional e a dimensão dos aglomerados, mas também aspectos relativos à ocupação do solo

onde se destaca o predomínio da actividade agrícola e florestal e ainda a existência de estruturas sociais tradicionais; património e factores de identidade local (OCDE, 1994). Para além das diferentes abordagens relativas aos conceitos e classificações do “rural”, tem-se verificado também um relativo interesse pelas transformações a que estes espaços são sujeitos. De acordo com FIGUEIREDO (2003:65) foi essencialmente nas últimas quatro décadas que “a sociedade portuguesa sofreu transformações importantes, que não deixaram de condicionar, quer as áreas rurais, quer as representações sociais das mesmas”. Na realidade, a dificuldade de classificação dos espaços rurais deve-se também às transformações socioeconómicas e culturais que se têm verificado nestes espaços (VALENTE E FIGUEIREDO, 2003).

Podemos referir a posição económica das sociedades rurais foi fortemente afectada pelas tendências de industrialização e urbanização, tendo-se verificado uma quebra nas receitas e no emprego associado à actividade agrícola, bem como uma redução e envelhecimento da população (OCDE, 1994). Segundo ALVES (2001) as mudanças que se têm vindo a verificar nos espaços rurais reflectem-se sobretudo no nível demográfico e nos movimentos da população, com um decréscimo da população residente, na maior parte dos concelhos das áreas rurais; bem como o envelhecimento acentuado da população, devido à saída da população mais jovem, mas também ao aumento da longevidade das pessoas. Estes processos têm levado a uma marginalização das áreas rurais com diminuição da população, fraca capacidade para valorização dos recursos endógenos e falta de dinâmicas de desenvolvimento.

A temática relativa às fragilidades e problemas com que se deparam grande parte das áreas rurais da Europa e de Portugal, em concreto, constitui objecto de debate no seio de alguns organismos de nível internacional (ex: Comunidade Europeia), de algumas entidades públicas, bem como uma preocupação para as populações residentes nesses espaços; por conseguinte, este tema inere-se nos objectivos de reflexão e análise de alguns investigadores (EDMUNDS, 1999; OCDE, 1994; CRISTÓVÃO, 2000; VALENTE E FIGUEIREDO, 2003; RIBEIRO E MARQUES, 2002).

As áreas rurais enfrentam assim alguns problemas que se traduzem numa debilidade económica e demográfica que contribuem para uma desigualdade territorial relativamente às zonas urbanas, de litoral, mais povoadas e também mais desenvolvidas. A região de Trás-os-Montes, no interior norte de Portugal apresenta as fragilidades e problemas próprios das regiões do interior do país, com “indicadores reveladores das dificuldades em reter e e/ou atrair população, em atrair e/ou gerar investimento e em se adaptar às novas realidades macro e microeconómicas” (RIBEIRO E MERGULHÃO, 2000:1).

Contudo, apesar dos problemas de desenvolvimento, as áreas rurais possuem um potencial em termos de recursos naturais e culturais que, sendo preservados e aproveitados de forma sustentável, podem contribuir para a sua revitalização. Estes recursos com múltiplas oportunidades de utilização poderão contribuir para uma “diversidade funcional dos espaços rurais”, constituindo assim uma vantagem com particular interesse do ponto de vista do turismo (PARTIDÁRIO, 2003). Se atendermos ao facto das áreas rurais despertarem um interesse crescente, principalmente junto das populações urbanas, podemos identificar quase duas situações

contraditórias em que “o percurso descendente destes territórios vem, um tanto paradoxalmente, coincidindo com um movimento ascensional de revalorização dos mesmos, por parte da sociedade urbana em geral” (RIBEIRO, 2003:41). Verifica-se assim uma tendência de valorização e procura dos valores culturais e naturais existentes no meio rural, protagonizada pela população residente nas zonas urbanas, onde estes recursos e valores se encontram em declínio.

Deste modo, o interesse pelos espaços naturais, pela calma, sossego e autenticidade cultural existentes nas áreas rurais constitui uma oportunidade para o surgimento e desenvolvimento da actividade turística nestes espaços. Podemos acrescentar que a crescente valorização do património natural e cultural, a maior consciencialização para o ambiente e para uma vida saudável, a procura de locais que proporcionem paz e tranquilidade, a procura da autenticidade e o crescente interesse pelas actividades recreativas e desportivas, ao ar livre, constituem factores que têm determinado o crescimento do turismo rural (OCDE, 1994). Estas motivações foram igualmente identificadas por KASTENHOLZ (2002) num estudo sobre o mercado em espaço rural, desenvolvido na região Norte de Portugal, em que se destacam o interesse pela paisagem e a procura de tranquilidade ou sossego.

O turismo nos espaços rurais surge neste contexto, resultante de uma procura crescente destes espaços e determinado pela necessidade de combater ou reduzir os problemas de desenvolvimento, em paralelo com a manutenção e conservação dos recursos existentes, perante um novo paradigma do desenvolvimento sustentável. Identificamos assim a oportunidade para um turismo sustentável que permita combater ou atenuar as fragilidades dos territórios em causa, constituindo uma possibilidade de melhoria das condições de vida das populações e uma garantia de conservação da herança natural e cultural existente. De acordo com LANE (2005) a importância do conceito de sustentabilidade no turismo rural é considerada uma condição fundamental para o seu sucesso, pelo que destaca a necessidade de seguir estratégias de gestão e desenvolvimento sustentável.

4. O TER EM PORTUGAL

Em Portugal, o turismo rural assume a designação de Turismo em Espaço Rural – TER. Trata-se de um produto turístico regulamentado, que inclui diversas modalidades de alojamento, mas que cada vez mais se pretende desenvolver como um produto turístico integrado. Em termos legais data de 1986 e surgiu com três objectivos principais: o estímulo da recuperação do património histórico-cultural; a associação da oferta de alojamento turístico às tradições de hospedagem rural e o aumento do rendimento económico e das condições de vida das populações (VALENTE E FIGUEIREDO, 2003).

Desde a sua criação, através do Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de Agosto, a regulamentação sobre o Turismo em Espaço Rural (TER) em Portugal sofreu algumas alterações. Muito recentemente, as alterações introduzidas pelo novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos, através do Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de Março, vieram alterar a classificação do TER. De um modo geral,

este diploma passa a contemplar os Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e os Empreendimentos de Turismo de Habitação como duas das oito tipologias de empreendimentos turísticos existentes em Portugal, enquanto anteriormente o TER se apresentava como um “produto” independente e com um regime jurídico próprio. Para além disso, verificaram-se algumas alterações em que se destaca uma tentativa de simplificação reduzindo as tipologias de alojamento de TER. Os novos empreendimentos de TER dividem-se agora em três categorias principais, designadamente: Casas de Campo, Agro-turismo e Hotéis Rurais. Para além disso, a modalidade de Turismo de Habitação surge agora como um empreendimento turístico independente do TER e com a possibilidade de poder localizar-se também em áreas urbanas.

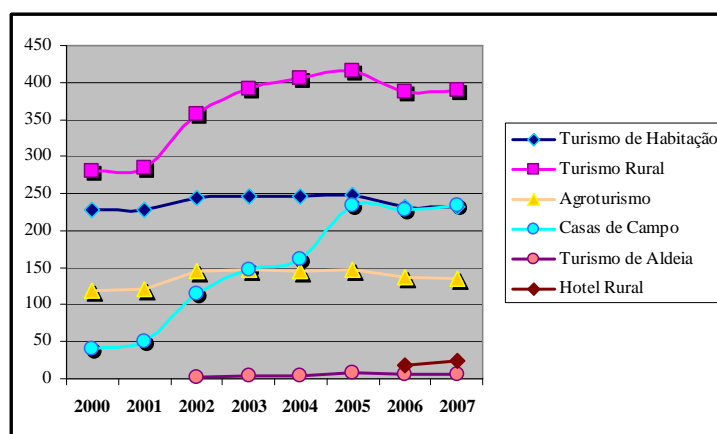
Contudo, o estudo empírico que desenvolvemos apoiou-se na legislação e na classificação vigente no ano de 2007, não sendo consideradas estas recentes alterações. Assim, atendendo ao Decreto-Lei nº 54/02 de 11 de Março, o TER é considerado um “conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais”. Este tipo de turismo surge assim nas áreas rurais, como um complemento da actividade agrícola e florestal, atendendo à necessidade de diversificar e revitalizar a economia destas zonas. No que concerne às modalidades de alojamento consideradas estas incluíam: o Turismo de Habitação, Turismo Rural, Agro-turismo, Turismo de Aldeia, Casas de Campo, Hotéis Rurais e ainda os Parques de Campismo Rurais.

A oferta de TER em Portugal tem conhecido um elevado crescimento em todo o país, apesar de se verificarem algumas desigualdades regionais. Podemos referir que a evolução da oferta de TER reflecte o crescente interesse por esta actividade, cujo número de unidades e respectiva capacidade de alojamento mais do que triplicou, no período entre 1990 e 2000 (KASTENHOLZ, 2002:59).

Considerando a informação estatística disponibilizada pelo Turismo de Portugal (2007), podemos destacar alguns dados relativos à oferta e procura de TER, em Portugal. Assim, no ano de 2007, encontravam-se em funcionamento 1023 estabelecimentos de TER, os quais ofereciam uma capacidade global de 11327 camas. As modalidades de Turismo Rural e Turismo de Habitação, em conjunto, representavam mais de 60% da oferta total do número de estabelecimentos, sendo menos representativas as modalidades de Turismo de Aldeia e os Hotéis Rurais, com apenas 1% e 2%, respectivamente.

Ao analisarmos os dados relativos ao número de estabelecimentos de TER, verificamos a grande evolução da oferta desde o ano 2000 até ao ano 2007 (figura 1). Enquanto no ano de 2000 existiam a nível nacional 668 unidades de TER, no ano de 2007 este valor atingiu 1023 unidades, sendo as Casas de Campo a modalidade que registou maior taxa de crescimento.

Figura 1. Evolução do número de estabelecimentos, por modalidades, entre 2000 e 2007



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da DGT e TP (2000 a 2007)

No que concerne à distribuição regional das unidades, constatamos que a Região Norte se apresenta como a mais representativa na oferta de alojamento de TER, no contexto nacional. O número de estabelecimentos existentes, em 2007, era de 448 unidades de alojamento, a que correspondem 4741 camas. Verificamos assim que cerca de 44% da oferta total do país se concentra na Região Norte, o que corresponde a um padrão de distribuição completamente diferente do “turismo tradicional” (sol e mar), concentrado no litoral do país, designadamente, nos destinos do Algarve, Lisboa e Madeira.

Relativamente à procura turística, no ano de 2007, estimaram-se 664,5 mil dormidas em empreendimentos de TER, das quais 55,3% correspondem à procura do mercado nacional, e 44,7% a dormidas de estrangeiros. Na distribuição do número de dormidas por regiões (NUTS II) sobressai a região do Alentejo que apesar de ser a terceira região do país em termos de oferta, se encontra na primeira posição ao nível da procura, sendo que região Norte ocupa a segunda posição com 171 mil dormidas (25,7%).

Apesar da sua evolução o turismo rural em Portugal, encontra-se menos desenvolvido do que noutros países europeus, havendo ainda um potencial para o crescimento, quer da oferta, quer da procura deste produto. Na perspectiva de GODINHO (2004) a implantação do TER, no nosso país, teve por base outro tipo de preocupações, diferentes daquelas que motivaram o seu desenvolvimento noutros países da Europa; tais como a recuperação do património edificado com o recurso aos fluxos financeiros comunitários. Os resultados terão ficado aquém das expectativas, não se tendo verificado uma fiscalização e controlo eficazes sobre a utilização dessas unidades.

5. O TER NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES

A região de Trás-os-Montes localiza-se no interior norte de Portugal, faz com fronteira com Espanha, possui uma população residente de 216 245 habitantes (INE, 2007), repartidos por 14 concelhos, pertencentes aos distritos de Bragança e Vila Real (sub-região Alto Trás-os-Montes –

NUT III). Esta região, no seu todo, possui diversas fragilidades e problemas de desenvolvimento marcados pelo decréscimo demográfico, envelhecimento da população e problemas de nível socioeconómico. Identificamos assim a existência de debilidades características das regiões do interior do país e da generalidade das zonas rurais.

Para além dos referidos problemas de desenvolvimento, podemos encontrar diversas potencialidades turísticas relacionadas com a riqueza em termos de património natural e cultural, que se traduzem numa riqueza paisagística, gastronómica, nos valores e tradições ainda existentes, entre outros atractivos. Contudo, a oferta do produto TER ainda é relativamente reduzida, quando comparada com outras regiões, tal como o Minho. Assim, com base na informação disponibilizada pela Direcção Geral de Turismo (DGT) e pelas Regiões de Turismo existentes, no ano de 2007, identificamos uma oferta de 59 unidades de TER licenciadas e distribuídas por uma área que abrange 14 concelhos, numa extensão de 8170 km². Com base nas respostas obtidas ao inquérito (29), por parte dos proprietários ou responsáveis pelas unidades de TER, podemos caracterizar as respectivas unidades no que respeita à sua actividade e funcionamento e identificar as principais características dos promotores de TER.

5.1. Características das unidades de TER

Com base nos resultados obtidos constatamos que, em conformidade com o que se verifica a nível nacional, a maior parte das unidades estudadas pertence à modalidade de Turismo Rural. Podemos considerar que se tratam de unidades relativamente recentes, em que uma grande parte (23) iniciou a actividade a partir do ano 2000. De um modo geral, podemos afirmar que se tratam de unidades com baixa capacidade, sendo que a capacidade média é de sete quartos, baixas taxas de ocupação e cuja oferta se concentra essencialmente no alojamento, apesar de algumas proporcionarem refeições (13) e incluírem pratos típicos (8). Para além disso, verificamos que a quase totalidade das unidades mantém um funcionamento durante todo o ano e dispõe de alguns equipamentos adicionais de animação, os quais incluem principalmente, salas de jogos, bicicletas, piscinas e percursos pedestres.

Atendendo a que uma grande parte das unidades (22) estudadas possui um reduzido número de colaboradores (entre um e três), os quais, na sua maioria (61%) pertencem ao agregado familiar, trabalham a tempo parcial e não possuem formação na área do turismo (96%) podemos identificar um fraco nível de emprego gerado pelas unidades de TER de Trás-os-Montes, com o conseqüente débil impacto socioeconómico para a região. Este fraco contributo do turismo rural para o desenvolvimento das regiões onde se desenvolve tem sido identificado e relatado por vários autores, nos seus estudos desenvolvidos, tanto a nível nacional, como internacional (RIBEIRO E MARQUES, 2002; SILVANO, 2006; PERALES, 2002; FOURNEAU, 1998; SPARRER, 2005; BENEDEK E DEZSI, 2002; MCGEHEE E KYUNGMI, 2004; FLEISCHER E PIZAM, 1997). Com efeito, tal como é observado por SPARRER (2005) e SILVANO (2006), a actividade turística parece produzir apenas alguns benefícios privados para os próprios promotores e respectivos familiares.

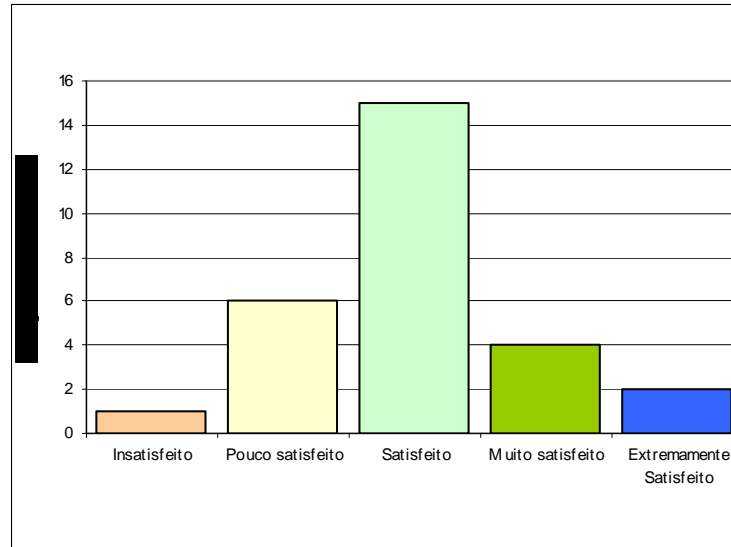
Grande parte das unidades de TER existentes em Portugal terá resultado da disponibilidade de apoios comunitários para a recuperação de casas rurais com algum valor histórico e arquitectónico. No caso da região de Trás-os-Montes constatamos que uma parte muito representativa dos proprietários (25) beneficiou de apoio financeiro para o início da sua actividade de TER, tendo recorrido a diversos programas de apoio para a abertura das unidades, nomeadamente o SIVETUR (Sistema de incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica) o Programa LEADER (Ligação entre acções de desenvolvimento da economia rural) e ainda o SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo).

Não obstante, a análise das motivações inerentes ao início e manutenção da actividade, por parte dos proprietários, permite-nos concluir que existe uma certa variabilidade de motivos. Neste caso, verificamos que, de um modo geral, estes concordaram com grande parte dos motivos de âmbito socioeconómico e culturais sugeridos no inquérito. A avaliação da importância dos referidos motivos foi feita com base numa escala de Likert com o valor mínimo de “nada importante” (1), ao valor máximo de “extremamente importante” (5). Neste sentido, os motivos mais valorizados pelos proprietários correspondem ao “interesse pela actividade turística” e pelo “contacto com os turistas”, bem como o interesse pela “recuperação da casa” e “pelo apoio financeiro disponível”. Confirmamos assim que se mantém a motivação pela “recuperação da propriedade” já identificada por SILVA (2006) e SILVANO (2006). Para além disso, destacam-se os motivos de carácter social e cultural associado ao interesse pela actividade turística, em detrimento de outros factores de ordem económica, menos valorizados pelos proprietários (“aumento do rendimento familiar”; “gerar emprego no agregado familiar”).

5.2. Os proprietários das unidades de TER

Os resultados obtidos através do inquérito efectuado aos proprietários permitem-nos avaliar o nível de satisfação dos mesmos face à actividade turística. Assim, a grande maioria dos proprietários de TER inquiridos (21) considera-se satisfeito com os resultados obtidos através da actividade turística (figura 2). De um modo geral, observamos que o nível de satisfação dos proprietários das unidades de TER de Trás-os-Montes é bastante positivo, em 75% dos casos analisados. Esta atitude positiva face à actividade foi também identificada por MOREIRA (1994) e no estudo desenvolvido por SILVANO (2006), o qual destaca ainda a motivação e interesse pelos benefícios económicos gerados pelo TER; sendo que na nossa pesquisa, esta atitude não mereceu tanto destaque, por parte dos promotores.

Figura 2. Nível de satisfação dos proprietários



Os resultados obtidos permitem-nos ainda delinear o perfil dos proprietários a vários níveis, nomeadamente em termos socioeconómicos – idade, sexo, nível de escolaridade e actividade profissional. Considerando as repostas válidas, verificamos que os casos observados são na sua grande maioria homens (70%) e com idades acima superiores a 50 anos (72%), o que também vai de encontro às conclusões obtidas por outros autores (MOREIRA, 1994; SILVA, 2006). Em termos do nível de escolaridade, constatamos que um grande número de proprietários possui formação de nível superior (16), o que em termos relativos representa 61,5% dos casos observados, num total de 26 proprietários que responderam à questão. Na realidade, trata-se de uma característica que tem sido identificada e referida noutros estudos (SILVA, EDWARDS e VAUGHN, 2003; SILVA, 2006; SILVANO, 2006; MERINO e SOARES, 2007).

Contudo, quando analisamos as áreas de formação e as profissões destes promotores constatamos que se trata de um grupo bastante heterogéneo (SILVA, 2006). As formações distribuem-se por áreas bastante diversas, sendo de destacar que apenas dois proprietários possuem formação na área do turismo e somente um dos inquiridos tem formação na área agrícola (agronomia). A esta particularidade acresce o facto da actividade de TER corresponder a uma actividade secundária para os proprietários das unidades; ou seja, a actividade turística não representa a ocupação principal dos indivíduos inquiridos, pelo que as respectivas profissões correspondem, essencialmente, a actividades profissionais pertencentes ao sector terciário, podendo acrescentar que "exercem profissões intelectuais e científicas", tal como foi observado por SILVA (2006). Para além disso, um grande número (17) referiu não possuir experiência anterior na área do turismo.

Outro aspecto que merece particular destaque e que suscita alguma estranheza corresponde ao facto dos proprietários não terem ligação à actividade agrícola, sendo que apenas um dos indivíduos mantém a agricultura como ocupação principal, tal como foi constatado por SILVANO (2006), na área do Parque Natural de Montesinho, onde não identificou qualquer proprietário nestas condições.

Este carácter distintivo dos proprietários de TER leva-nos a concluir que a actividade turística constitui um negócio com carácter secundário que se mantém no “topo da pirâmide social” MOREIRA (1994). Por conseguinte, verificamos ainda a existência de uma certa “elitização do turismo em espaço rural, a sua frequente falta de complementaridade com as actividades agrícolas em geral, o fraco enraizamento local e os escassos impactes, em termos de resultados económicos e de criação de emprego” (CRISTÓVÃO, 2000:51).

No que respeita a outras competências e conhecimentos, de um modo geral, os proprietários das unidades de TER de Trás-os-Montes possuem bons conhecimentos de línguas estrangeiras. Como pudemos observar numa taxa de resposta de 82,8%, alguns dos proprietários (44,8%) sabem pelo menos três línguas – francês, espanhol e inglês. É de notar que a língua mais falada é o francês (22), logo seguido pelo inglês (18), pelo espanhol (18) e italiano (4). Para além destes conhecimentos, os promotores inquiridos consideram possuir outras qualificações relevantes para o exercício da actividade (bom comunicador, experiência de vida, bom gestor). A importância de possuir estas qualificações foi também destacada pelos inquiridos, para quem deter “formação superior em turismo” e “ser bom gestor” foi considerado “extremamente importante” para 3 e 10 dos casos observados, respectivamente.

6. CONCLUSÕES

As tendências da procura turística indiciam um crescente interesse e motivação pelo contacto com a natureza, valorização do autêntico e de ambientes que proporcionem “paz e sossego”. Estas perspectivas, associadas à riqueza das áreas rurais neste tipo de atractivos, sugerem possibilidades de crescimento do turismo rural, a nível mundial e também em Portugal. De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2004) o mercado de turismo rural representa já 3% no contexto do turismo internacional, em que as previsões para o futuro apontam para uma taxa de crescimento da procura, na ordem de 6% ao ano.

A nível internacional, o turismo rural assume múltiplas formas que dificultam o consenso na formulação de um único conceito. No entanto, trata-se de um produto turístico com algumas especificidades, onde se destacam o seu carácter tradicional, de pequena escala e que seja, acima de tudo, sustentável. Na realidade, este tipo de turismo, ao desenvolver-se em áreas rurais caracterizadas por algumas fragilidades de carácter socioeconómico, poderá contribuir para a preservação dos recursos locais e para o seu desenvolvimento, ao proporcionar a criação de emprego e a obtenção de rendimentos complementares.

Deste modo, a par de um discurso mais optimista que defende o potencial do turismo rural enquanto factor de desenvolvimento local, assistimos a resultados algo contraditórios confirmados por diversas pesquisas desenvolvidas, quer a nível nacional, quer internacional. Na realidade, a actividade de turismo rural tem-se revelado pouco significativa para o desenvolvimento das áreas rurais (SILVANO, 2006; SPARRER, 2005; MCGEHEE E KYUNGMI, 2004; FLEISCHER E PIZAM, 1997).

Em Portugal, o Turismo em Espaço Rural (TER) é relativamente recente cuja criação, em termos legais, data de meados da década de 80 do século XX. Comparativamente a outros países europeus, encontra-se ainda pouco desenvolvido e aquém dos objectivos e das expectativas associados à sua criação. Na perspectiva de KASTENHOLZ (2002:85), trata-se de um turismo de “pequena-escala”, “tradicional” e um negócio de carácter familiar que enfrenta uma carência de recursos, a vários níveis. Neste sentido, os fornecedores de turismo rural deparam-se com uma série de obstáculos, onde se destacam: o facto de ser um negócio com carácter secundário para muitos dos seus proprietários, constituindo uma actividade de “*part-time*”, com pouco investimento.

No caso concreto da região Trás-os-Montes, podemos referir que o TER possui um potencial de crescimento face à capacidade existente, às baixas taxas de ocupação e às características atractivas do território. Os resultados do estudo empírico desenvolvido permitem-nos concluir que se trata ainda de um produto turístico pouco desenvolvido, produzindo um impacto socioeconómico pouco relevante. Os proprietários das unidades de TER apresentam-se como indivíduos essencialmente do sexo masculino, com idades superiores a 55 anos e possuem habilitações literárias de nível superior. Em termos profissionais, a actividade de TER representa uma ocupação de carácter secundário, considerando que os promotores exercem outras actividades profissionais bastante diversificadas, nomeadamente pertencentes ao sector terciário. Por outro lado e contraditoriamente aos objectivos da sua criação, mantêm uma fraca ligação à agricultura. Não obstante, podemos referir que estes promotores de TER se consideram satisfeitos com a respectiva actividade.

Podemos concluir que as limitações do produto de TER se traduzem a vários níveis, incluindo a sua organização e comercialização, problema que poderá ser ultrapassado através da associação entre várias unidades, compensando assim a reduzida capacidade. De acordo com KASTENHOLZ (2002:85) podemos identificar um conjunto de factores que contribuem para a “contínua falta de sucesso do negócio de turismo rural”, associada à falta de adequadas actividades de marketing. Neste contexto, destaca-se também a limitada cooperação entre os vários agentes locais, o carácter conservador de algumas populações rurais e as limitadas competências e conhecimentos de gestão e marketing, por parte dos agentes de turismo rural.

Neste sentido, consideramos que o TER possui algumas possibilidades de crescimento no nosso país, e na região de Trás-os-Montes, cujo desenvolvimento passa pela adopção de adequadas estratégias de planeamento, gestão e marketing, com relevância para a criação de redes e parcerias entre os *stakeholders* dos destinos rurais.

Em suma, de forma a poder contrariar os problemas de desenvolvimento e gerar impactos positivos, o TER deverá ser um produto devidamente integrado nas comunidades rurais, com um controlo local e ao mesmo tempo profissional, atendendo aos interesses e satisfação dos turistas, mas produzindo benefícios para os respectivos promotores, população local e para o destino no seu todo. Para tal, identificamos a necessidade de adequadas estratégias de gestão e desenvolvimento do produto de TER, apoiadas num maior profissionalismo face à actividade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, T. 2001. *Os serviços nas áreas rurais: novos modos de vida e novas formas de ruralidade?*. 1º Congresso de Estudos Rurais. Vila Real.
- BARKE, M. 2004. Rural Tourism in Spain. *International Journal of Tourism Research*, Nº6, pp. 137-149.
- BENEDEK, J E DEZSI, St. 2002. The Role of Rural Tourism in the Economic Diversification of Rural Space in Romania. *In Regional Studies Association*. UK.<http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/presentations04/benedek.pdf>
- CRISTÓVÃO, A. F.2000. Ambiente e desenvolvimento das áreas rurais marginais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, Vol.1, Nº1, pp. 46-56.
- DGT. 2005. *O turismo no espaço rural 2005*. Divisão de Recolha e Análise Estatística.
- DGT. 2005. *Turismo no Espaço Rural: Guia Oficial 2005*. Divisão de Informação.
- EDMUNDS, M. 1999. Rural Tourism in Europe. *Travel & Tourism Analyses*, 6: 37-50..
- FIGUEIREDO, E.2003. “Quantas mais aldeias típicas conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento em meio rural”. *In TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*. Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp.65-79.
- FLEISCHER, A. AND PIZAM, A. 1997. Rural tourism in Israel. *Tourism Management*, vol. 18, nº6, pp. 367-372.
- FOURNEAU, F. 1998. El Turismo en Espacio Rural en Francia. *Cuadernos de Turismo*, Nº 1, pp. 41-53.
- GODINHO, C. 2004. O turismo em espaço rural em Portugal (TER). Problemas e desafios para o futuro. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, vol. 1, Nº 1, pp. 91-93.
- INE, 2007. *Estimativas Anuais da População Residente*. Portal do Instituto Nacional de Estatística.
- KASTENHOLZ, E. 2002. *O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing: o caso do Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro.
- LANE, B. 2005. Sustainable Rural Tourism Strategies: A Tool for Development and Conservation. *In Revista Interamericana de Ambiente y Turismo*. Vol. I, Nº1, pp. 12-18.
- MC GEHEE, N. G. E KYUNGMI, K. 2004. “Motivation for Agri-Tourism Entrepreneurship”. *Journal of Travel Research*, Vol. 43, pp. 161-170.
- MERINO, N. M E SOARES, J. O. 2007. *Rural Tourism in the Alentejo Region - a characterization survey*. Conference Advances in Tourism Economics, Abril 2007, V. N. Santo André, Portugal (edição em CD-ROM).

- MOREIRA, J. M. 1994. *O turismo em espaço rural: enquadramento e expressão geográfica em Portugal*. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa.
- OPPERMANN, M. 1996. Rural Tourism in Southern Germany. *Annals of Tourism Research*, Vol. 23, Nº1, pp.86-102.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. 1994. *Tourism Strategies and Rural Development*. Paris.
- PARTIDÁRIO, M. R. 2003. "Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável". In *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*. Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp.115-123.
- PERALES, R. M. Y. 2002. "Rural Tourism in Spain". *Annals of Tourism Research*, Vol. 29, Nº 4, pp. 1101-1110.
- QUIVY, R. E VAN CAMPENHOUDT, L.1998. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Lisboa.
- RIBEIRO, M. E Mergulhão, L. 2000. *Turismo e desenvolvimento das regiões do interior. A perspectiva dos autarcas*. IV Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Economia, Coimbra.
- RIBEIRO, M E MARQUES, C. 2002. "Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas – between Rhetoric and Practice" *International Journal of Tourism Research*, Nº4, pp. 211-220.
- RIBEIRO, M. 2003. "Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal". In José Portela; João Castro Caldas (orgs.), Portugal Chão, Oeiras, Celta: 199-216.
- SILVA, G; EDWARDS, J. E VAUGHN, R. 2003. "Oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento do turismo rural". In *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 217-227.
- SPARRER, M.2005. *El turismo en espacio rural como una estrategia de desarrollo. Una comparación a nivel europeo*. Tese de Doutoramento. Universidad Santiago de Compostela.
- SILVA, L.2006. *O Turismo em Espaço Rural: Um Estudo da Oferta e dos Promotores*. Centros de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES e-working paper. Nº 16/2006. ISCTE. Lisboa.
- SILVANO, J. 2006. *O turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho*. Dissertação de Mestrado: Gestão e Desenvolvimento em Turismo. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.
- TURISMO DE PORTUGAL. 2006 *O Turismo no Espaço Rural*. Estudos e Planeamento Estratégico. Informação Estatística.
- TURISMO DE PORTUGAL. 2007. *Turismo no Espaço Rural – A oferta e procura no TER*. Estudos e Planeamento Estratégico. Informação Estatística.

WTO - Seminar Proceedings. 2004. *Rural Tourism in Europe: Experiences, Development and Perspectives*. WTO

VALENTE, S. E FIGUEIREDO, E. 2003. "O turismo que existe não é aquele que se quer...". In *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*. Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp.95-106.